

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PRODEMGE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
2021**

(Em Milhares de reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG.

Por meio de seus produtos e serviços, a Prodemge auxilia órgãos e entidades do governo de Minas a prestarem serviços cada vez mais eficientes aos cidadãos mineiros. Seja nas áreas de saúde, educação, segurança, trânsito, meio ambiente, gestão, finanças, cultura, turismo, agricultura, desenvolvimento econômico, justiça e outras.

Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão prover o Estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 18 de janeiro de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, expressa em milhares de reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 05 e 13 – Contas a receber e faturamento pendente
- Nota 26 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 27 – Processos judiciais

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes (contas de terrenos, edificações/instalações), deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na NE16, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

-
- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) O resultado do exercício é apurado conforme o regime da competência, sendo que a receita, após a adoção do IFRS15/CPC47 é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente.
- g) O reconhecimento dos processos judiciais é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos, que apresentam as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados pelos empregados.
 - Plano de Benefício Definido e Saldado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
 - A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.
- j) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD aprovada pela Diretoria da Prodemge, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento e também dos serviços prestados (mas ainda não faturados) onde há incertezas quanto à sua regularização.
- k) O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados anualmente com base no lucro real e com recolhimento mensal por estimativa.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2022	2021
Caixa e bancos	243	6.177
Aplicações Financeiras		
. Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	14.128	50.297
. Fundos de Investimentos	107.728	53.076
. Conta Poupança	361	340
Total	122.460	109.890

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's são referentes ao CDB Flex Empresarial da Caixa Econômica Federal e BB CDB DI do Banco do Brasil, com liquidez diária e são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022, após o registro contábil da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais conforme abaixo:

	2022		2021	
	Saldo contábil	Vencidos há mais de 03 anos (PECLD)	Valor Líquido	Valor Líquido
Estado de Minas Gerais:				
Administração Direta	71.983	(45.290)	26.693	17.945
Administração Indireta	1.071	(185)	886	1.491
Outros	10	-	10	179
Total Estado	73.064	(45.475)	27.589	19.615
Extra Estado				
Prefeituras	558	(4)	554	524
Iniciativa Privada	12	-	12	21
Total Extra Estado	570	(4)	566	545
Total	73.634	(45.479)	28.155	20.160

A segregação da composição do Contas a Receber em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	2022
A vencer	12.695
Até 30 dias:	7.243
De 31 até 60 dias:	1.170
De 61 até 90 dias:	2.494
De 91 até 120 dias:	2.024
Acima de 120 dias:	48.008
PECLD	(45.479)
Total	28.155

As provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Foram constituídas as provisões para os débitos vencidos há mais de 03 anos. Ocorreu também o registro de perda de R\$1.127, referente a faturas emitidas há mais de 10 anos.

Abaixo segue a movimentação da PECLD em 31/12/2022:

Competência	Saldo inicial	Baixas/Reversões	Constituição	Saldo final
2012	(1.127)	1.127	-	-
2013	(4.181)	-	-	(4.181)
2014	(2.802)	1.282	-	(1.520)
2015	(21.237)	85	-	(21.152)
2016	(4.346)	238	-	(4.108)
2017	(4.756)	51	-	(4.706)
2018	(10.696)	1.819	-	(8.876)
2019	-	49	(985)	(936)
TOTAL	(49.145)	4.651	(985)	(45.479)

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados no mês de dezembro que não foram faturados, mas que tem a emissão do documento fiscal no mês subsequente estão contabilizados a título de Serviços Realizados a Faturar, com o saldo de R\$27.667.

7. ESTOQUE

O saldo demonstrado no grupo de estoques compreende o somatório dos materiais adquiridos com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas e está avaliado pelo custo médio de aquisição (R\$425).

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão representados conforme abaixo:

	2022	2021
IR/CSLL retidos na fonte	82	-
IRPJ/CSLL estimativas pagas a maior	1.370	-
Provisão IRRF aplicação financeira	585	553
Total Impostos a Recuperar	2.037	553

9. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza, na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. A utilização desses créditos acontece à medida que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita

da Companhia advém, em quase sua totalidade, de contratos com órgãos públicos. À medida que os recebimentos acontecem, os créditos são utilizados.

10. DEVEDORES DIVERSOS

Compreende adiantamentos a empregados, tais como férias, viagens, vale transporte e vale refeição.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Corresponde às despesas já pagas, a serem apropriadas mensalmente, à medida que as despesas ocorrerem:

	2022	2021
Prêmios de seguros	30	47
Manutenção de sistemas	1.383	1.262
Assinaturas e anuidades	15	9
Total	1.428	1.318

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Depósito e bloqueio judicial trabalhista	7.584	7.101
Depósito judicial PIS/COFINS	1.619	941
Total	9.203	8.042

A Companhia possui depósitos recursais decorrente de processos judiciais, no montante de R\$7.584, sendo que o depósito mais relevante, refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, no valor de R\$4.748, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindados, representando alguns empregados. Os saldos dos depósitos recursais são atualizados pelo índice da poupança.

Quanto ao depósito judicial PIS/COFINS, no exercício de 2020, a empresa ingressou com um processo judicial na Justiça Federal da 1ª Região com o pedido de suspensão dos valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A partir da concessão de medida liminar em mandado de segurança, os valores referentes aos impostos discutidos vêm sendo depositados judicialmente.

13. FATURAMENTO PENDENTE

Está representado por valores decorrentes da prestação de serviços, cuja emissão do documento fiscal ainda não ocorreu. Em 31 de dezembro de 2022 a conta está composta da seguinte forma:

	2022	2021	
Saldo Contábil	PECLD	Saldo final	Saldo final
23.841	(15.998)	7.843	17.128

As provisões e perdas sobre os Serviços a Faturar foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise individual de cada pendência contratual com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Ocorreu também o registro de perda de R\$800, referente a serviços prestados há mais de 10 anos.

Competência	Saldo inicial	Reversões/baixas	Constituição	Saldo final
2012	(800)	800	-	-
2013	(11)	4	-	(7)
2014	(781)	-	-	(781)
2015	(484)	21	-	(463)
2016	(1.882)	18	-	(1.864)
2017	(4.865)	343	(1.375)	(5.897)
2018	(1.657)	3.083	(5.223)	(3.798)
2019	(3.146)	4.591	(4.149)	(2.705)
2020	(485)	2	-	(482)
2021	(144)	144	-	-
2022	-	-	(1)	(1)
Total	(14.255)	9.006	(10.748)	(15.998)

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Registrado créditos a receber oriundos de ressarcimentos de remunerações pagas a diretores e conselheiros nos anos de 2017 a 2019, no montante de R\$140. Segue abaixo detalhamento do fato:

No exercício de 2020, a gestão atual da Companhia solicitou à Controladoria Geral do Estado – CGE uma auditoria nos aumentos recebidos pelos diretores e conselheiros no período de 2017 a 2019. A CGE emitiu Nota de Auditoria N°5140.1831.19 decorrente do Processo de Auditoria N°5140.152.07.0451.19, onde foram julgados os seguintes pontos:

- Aumento de 11,52% na remuneração dos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem aprovação da assembleia geral, no período de setembro de 2017 a junho de 2018, desrespeitando as normas legais e regulamentos;
- Aumento concedido em agosto de 2018, retroativo ao mês de julho de 2018, pago aos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem autorização formal;
- Incorporação de reajuste sindical de 3,64% à remuneração dos membros da diretoria, sem aprovação pela assembleia geral a partir de setembro de 2018.

A CGE se posicionou pelo ressarcimento dos valores recebidos pelos antigos diretores e conselheiros à Companhia, tendo ajuizadas ações de responsabilidade civil contra os devedores em 29/10/2021. O montante recebido indevidamente pelos diretores e conselheiros foi de R\$234, sendo que a Companhia já foi ressarcida em R\$111. O saldo ainda não regularizado é atualizado monetariamente pelo índice da poupança que em 31 de dezembro de 2022 soma o montante de R\$167.

15. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária na empresa Minas Gerais Participações S.A, também parte relacionada da Companhia, correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

	2022	2021
Participação societária	312	312
Obra de arte	1	1
Total	313	313

16. IMOBILIZADO

			2022	2021	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400	-	10.400	10.400	-
Edificações	3.097	(2.647)	450	497	4%
Instalações	17.087	(16.640)	447	953	10%
Sistema de comunicação	89	(19)	70	79	10%
Equipamentos processamento de dados	100.986	(77.789)	23.197	20.670	20%
Material e equip. eletr.	4.685	(4.333)	352	262	20%
Móveis e utensílios	1.401	(1.153)	248	242	10%
Ferramentas	36	(33)	3	2	20%
Veículos	108	(75)	33	32	20%
Total	137.889	(102.689)	35.200	33.137	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2022 pode ser assim demonstrada:

2021	Aquisições	Depreciação/Baixa	2022
33.137	9.140	(7.077)	35.200

O Imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº. 1.292/10 e NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar o seu Ativo Imobilizado. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários ajustes.

As taxas de depreciação destacadas acima representam a vida útil dos equipamentos. Temos as exceções de 01 bem registrado em Material e Equipamento Elétrico e 26 servidores registrados em Equipamentos de processamento de dados - vida útil de 10 anos; e também do Mainframe, no grupo Equipamentos Processamento de Dados, que se trata de um equipamento de grande porte modelo Z14 fornecido pela IBM

Brasil, Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., que possui ciclo de vida específico, conforme disponibilidade de suporte técnico ao equipamento - vida útil de 08 anos.

Permanece no Patrimônio Líquido o montante referente à Reserva de Reavaliação de R\$10.216, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações (vide NE 28.c). A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

17. INTANGÍVEL

			2022	2021
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	61.321	(56.616)	4.705	3.453

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis ao prazo de 05 anos.

A movimentação do ativo intangível em 2022 pode ser assim demonstrada:

2021	Aquisições	Amortização/Baixa	2022
3.453	2.841	(1.589)	4.705

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº. 1.292/10 e NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Não ocorreu a necessidade de ajustes em atendimento e observação das normas citadas.

18. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas com bens ou serviços adquiridos para a execução das atividades normais da Companhia, sendo integralmente registrados no Passivo Circulante (R\$12.308).

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2022	2021
PIS (a)	1.547	1.476
INSS (b)	2.527	2.396
COFINS (a)	7.143	6.811
Salários e Honorários a pagar	6.173	6.882
Participação nos lucros e resultados - PLR (c)	1.430	1.399
FGTS	1.096	1.035
Plano Previdencial Libertas (d)	2.706	2.526
Contribuições retidas na fonte	326	167
Total	22.948	22.692

- a. A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do PIS e da COFINS. Os créditos de PIS/COFINS (vide NE 09) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.
- b. A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS retido sobre salários.
- c. Decorrente do lucro no exercício de 2022, foi registrado a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR o montante de R\$1.430, atendendo à Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2022/2023, cláusula oitava.
- d. O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidades BD e CD.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais estão compostas conforme segue:

	2022	2021
IRRF	3.982	3.064
ISSQN - Próprio	18	33
ISSQN retido	79	60
IRPJ/CSLL estimativa	-	1.127
IRPJ/CSLL diferidos s/ Res.Reavaliação	14	14
Parcelamento IRPJ/CSLL - 2017/2018 (a)	1.167	1.054
Total	5.260	5.352

- a. Desde o exercício de 2020, a Companhia vem quitando regularmente o parcelamento de dívida tributária junto à Receita Federal referente ao IRPJ/CSLL dos exercícios de 2017 e 2018. O parcelamento inicial foi no montante de R\$4.991, para pagamento em 60 meses, com previsão de término em maio de 2025. Em 31/12/2022, a dívida está registrada no Circulante pelo valor de R\$1.167 e no Não Circulante pelo valor de R\$1.654.

21. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

Até o exercício de 2012, a Companhia oferecia o plano de benefício definido RP5 a seus empregados. Dos exercícios de 2012 a 2014, adotou uma estratégia previdencial, visto que o Plano Prodemge RP5 apresentava-se deficitário, que culminou com:

- 1) A criação do Plano ProdemgePrev, na modalidade de contribuição definida, em 01 de dezembro de 2012;
- 2) O fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, em dezembro de 2013;
- 3) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, modalidade contribuição definida, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014;

- 4) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, na data efetiva da transação, ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.

A partir da implantação de uma estratégia previdencial em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas.

No exercício de 2022, considerando a situação prevista de fluxo de caixa, que apresentava uma disponibilidade financeira saudável e sustentável para a Companhia, e o custo financeiro da dívida com a Fundação Libertas, constatou-se que a melhor alocação de capital para a empresa era pela quitação da referida dívida, destacando ainda que essa ação traria economia de caixa para empresa que deixaria de pagar encargos futuros.

Sendo assim, em agosto do exercício de 2022, a Companhia optou pela quitação integral da dívida com a Fundação Libertas.

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

No exercício de 2022, o Conselho de Administração deliberou pela distribuição dos Juros sobre Capital Próprio na RCA 16/2022, de 20/12/2022 e sendo também deliberada favorável pela CCGE (Comitê de Coordenação e Governança de Estatais). No exercício de 2021, os dividendos foram distribuídos no percentual de 75% do lucro a distribuir.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Dividendos a pagar no início do exercício	12.224	-
Dividendos pagos	(12.224)	-
Juros sobre capital próprio no período	7.378	-
IR retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(11)	-
Dividendos propostos	12.094	12.224
TOTAL	19.461	12.224

23. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Neste grupo há o registro de valores a pagar referente a obrigações relacionadas a empregados (pensão alimentícia, sindicato, plano de saúde, empréstimos bancários), no montante de R\$1.132.

Além disso, decorrente de um Termo de cessão oneroso do imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA há o registro de aluguel a pagar, no montante de R\$480.

No exercício de 2022 foi apurado pela Companhia um faturamento e recebimento divergente com o que de fato deveria ser faturado e recebido com o cliente Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER. As divergências foram regularizadas, gerando um crédito com o cliente para compensações futuras, a ocorrerem durante o exercício de 2023, no montante de R\$2.307.

24. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio Receita a Faturar (NE 6), sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (NE 16). Para o IRPJ/CSLL diferidos sobre a avaliação atuarial, houve reversão do montante registrado, conforme resultado da avaliação atuarial (NT 26).

	2022	2021
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Serviços a Faturar	4.060	4.482
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Reserva de Reavaliação	120	134
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Avaliação Atuarial	-	4.252
TOTAL	4.180	8.868

25. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Referem-se aos depósitos judiciais PIS/COFINS, conforme consta em NE 12, onde a Companhia reconhece a parcela referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) excluída da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), uma vez que os valores estão sendo discutidos judicialmente.

26. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

Em atendimento à deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBC TG 33(R1)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício.

Conforme cálculo atuarial detalhado abaixo, ocorreu superávit no exercício de 2022. De acordo com o disposto no parágrafo 65 do CPC 33 (R1), para que um superávit possa efetivamente ser reconhecido pela Entidade Patrocinadora como Ativo Líquido em seu balanço patrimonial, é necessário que ela controle o recurso, que o mesmo seja resultado de eventos passados (contribuições pagas pela entidade e serviços prestados pelo empregado) e que benefícios econômicos futuros estejam disponíveis para a entidade na forma de redução nas contribuições futuras ou de restituição em dinheiro diretamente à entidade patrocinadora ou indiretamente para outro plano deficitário.

Diante disso, no exercício de 2022 não houve registro contábil do resultado atuarial por ter ocorrido o superávit e o saldo da conta Benefício pós emprego reflete o saldo para cobertura dos custos correntes dos

planos de benefício definidos, que é utilizado para abater futuros déficits dos planos e equacionamentos realizados.

AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes e supervisores. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Conseqüentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

		2022			2021		
		RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
Ativos	Quantidade	1	2	3	1	2	3
	Média Idades	46	60	53	45	59	52
Mantidos	Quantidade	3	7	10	3	7	10
	Média Idades	51	56	54	50	54	52
Aposentados	Quantidade	9	142	151	10	142	152
	Média Idades	69	69	69	68	69	68
	Suplementação Média	4.377,17	5.295,23	4.836,20	3.603,46	5.295,23	4.449,34
Pensionistas	Quantidade	4	20	24	4	18	22
	Média Idades	64	73	68	63	73	67
	Suplementação Média	2.699,11	2.721,05	2.710,08	2.399,95	2.767,09	2.583,52

Fonte: Base de Dados Fundação Libertas

As hipóteses atuariais abaixo foram utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 31/12/2021.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte Válidos	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
Composição familiar		Família Real	Família Real
Hipóteses Econômicas	Taxa Real de Juros	6,2965%	6,2988%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	5,08%	5,08%
	Fator Capacidade	98,30%	98,30%
	(Salários e Benefícios)		

A taxa nominal de juros aplicada para os planos RP5II e Saldado foi de 11,70% e resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 6,2965%, para o Plano RP5II e de 6,2988% para o Plano Saldado, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à duration de 160 meses para o Plano RP5II e de 123 meses para o Plano Saldado, conforme as Demonstrações Atuariais de 31/12/2021 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 5,08%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 12 de dezembro de 2022.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação da obrigação de benefício definido é necessário conhecer o valor da obrigação registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	2021	2021
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	128.753	145.150
2. Custo do serviço corrente	24	28
3. Custo dos juros	13.250	9.585
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(9.818)	(9.204)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	-	-
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(24.150)	(27.206)
c. Efeito da experiência do plano	9.231	10.400
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	117.290	128.753

O custo do serviço corrente em 31/12/2022 mostrou-se inferior ao registrado em 31/12/2021, influenciado pelo aumento da taxa de juros.

A queda nas obrigações deve-se exclusivamente pelo aumento na taxa de desconto. As taxas das NTN-B utilizadas como parâmetro para a taxa de desconto estão atreladas à SELIC. O aumento na taxa SELIC foi observado a partir de 03/2021, quando era de 2%, foi definida em 10,65% em 02/2022 e em 08/2022 aumentou para 13,75%, mantida este percentual até 12/2022.

	2022	2021
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	115.682	124.148
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	11.906	8.207
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	1	1
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	7	6
c. Benefício pago pelo plano	(9.818)	(9.204)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	4.496	(7.476)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	122.274	115.682

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	2022	2021
1. Obrigação de benefício definido	117.290	128.753
2. Valor justo do ativo do plano	(122.274)	(115.682)
3. Situação financeira do plano	(4.984)	13.071
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contra	(541)	(566)
5. Passivo / (Ativo) líquido	(5.525)	12.505

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

Em novembro/2022, a Prodemge optou pela quitação de novo equacionamento do déficit, referente ao exercício de 2021, em parcela única, no valor de R\$ 1.402, que será pago em 2023. Os participantes e assistidos contribuirão sobre o benefício saldado com percentuais de 1,36 e 1,49 respectivamente, a partir de abril/2023. Estes percentuais foram considerados no cálculo do exercício de 2022.

27. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 43 processos classificados como prováveis, sendo 42 na Justiça trabalhista e 01 na Justiça Comum.

As provisões são constituídas levando-se em conta a opinião da área jurídica da Companhia, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras. Temos também uma ação de valor relevante referente à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo SINDADOS, representando alguns empregados da Companhia, no valor de R\$8.684.

A Companhia figura também com responsabilidade subsidiária em 09 processos (21% do total dos processos de perdas prováveis), representando 2% do valor total provisionado. Caso os pleitos sejam procedentes, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

	2022	2021
Justiça Trabalho	11.343	7.197
Justiça Comum	22	22
Total	11.365	7.219

Comparado com o exercício de 2021, houve aumento das provisões a título de perda provável no montante de R\$4.146. No exercício de 2022, a Companhia publicou Instrução Normativa (IN 107/22), com diretrizes sobre o provisionamento de processos judiciais, onde estabelece forma de atualização dos saldos dos processos. Com isso, ocorreu a atualização de dois processos de montantes relevantes que justificam o aumento nas provisões.

Possui também, um Passivo Contingente, no montante de R\$17.956, avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia como perda possível, classificados na Justiça do Trabalho, Comum e Federal, sendo o valor mais relevante relacionado a um processo na Justiça Comum, no valor de R\$17.609, movido pela empresa Telemar Norte Leste S/A, reivindicando pagamento de faturas com juros e correção relativas ao contrato da Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais. Este contrato está vinculado ao Decreto 45.006, de 09/01/2009, onde os pagamentos à operadora não são de responsabilidade da Prodemge. Esse processo foi classificado como perda possível por não ter ocorrido nenhuma decisão judicial sobre ele, estando em fase de perícia.

	2022	2021
Justiça do Trabalho	49	5
Perda Possível Justiça Comum	17.822	19.926
Justiça Federal	85	85
Total	17.956	20.016

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R1) Benefícios a Empregados, onde, para o exercício de 2022, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, não há reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (vide NE 26).

c) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (NE 16). É transferida para lucros/prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

	<u>2022</u>
Reserva de Reavaliação de Terrenos	9.957
Reserva de Reavaliação de Edificações	286
. Reserva de Reavaliação sobre Edificações	(40)
. IR/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	14
Total	<u>10.217</u>

No exercício de 2022 foi realizado o valor de R\$40 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações e o valor de R\$14 referente ao IRPJ/CSLL diferidos.

d) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de retenção de lucros

Constituída após as deduções previstas por lei (reserva legal e dividendos).

A Administração propôs a constituição da reserva de retenção de lucros no valor de R\$19.472, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30/04/2023, com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento que constarão nos orçamentos futuros. Tais projetos de investimento, alinhados ao planejamento estratégico, contribuem para o desenvolvimento da Companhia que busca aprimorar a execução de seus serviços prestados, objetivando alcançar sua missão que é prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

Remuneração aos acionistas

Política de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pelos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição de dividendos observa os resultados e a condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras de mercado, oportunidades de investimento, além da manutenção e expansão de seus serviços. Diante do exposto, embora haja previsão no Estatuto da Social de distribuição mínima de 25%, foi proposto pela Companhia, a distribuição no percentual de 50% tendo em vista a capacidade financeira e operacional da Companhia. A distribuição está demonstrada na NE22.

Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício apurado no balanço está distribuído conforme abaixo:

Resultado contábil	40.951
(-) Reserva Legal	(2.047)
(-) JCP	(7.378)
(-) Dividendos (proposta 50%)	(12.074)
(-) Reserva de Retenção de Lucro	(19.452)

29. RECEITAS LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2022	2021
Receita bruta de prestação de serviços	336.406	315.167
Vendas canceladas	(1.089)	(1.054)
Impostos e contribuições incidentes s/prest.serviços	(47.115)	(43.739)
Total	288.202	270.374

A receita bruta de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida mensalmente no resultado pelo regime de competência, tendo como principais clientes os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais.

Impostos e contribuições incidentes sobre a sua prestação de serviços apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
ISSQN (2,5%)	8.552	7.802
PIS (0,65% e 1,65%)	4.186	3.888
COFINS (3,0% e 7,6%)	19.288	17.914
INSS desoneração (4,5%)	15.089	14.135
Total	47.115	43.739

30. CUSTOS OPERACIONAIS

No exercício de 2022, a Companhia apresentou seus custos conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021	% variação
Pessoal	135.674	116.161	17%
Treinamento	-	3	-100%
Material	183	272	-33%
Manutenção Equipamentos	8.685	10.683	-19%
Manutenção Bens Instalações	293	20	1351%
Aluguel Equipamentos	765	839	-9%
Serviços Terceiros	16.006	7.990	100%
Licenciamento e Manutenção Software	21.247	17.111	24%
Utilidades e Custos Gerais	3.422	3.672	-7%
Depreciação/Amortização	8.025	7.420	8%
Total	194.300	164.171	18%

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais apresentou a seguinte composição:

	2022	2021	% variação
Pessoal	32.064	26.994	19%
Treinamento	119	122	-2%
Material	121	192	-37%
Manutenção Equipamentos	31	31	3%
Manutenção Bens/Instalação	166	86	93%
Aluguel Equipamentos	13	10	27%
Serviços de Terceiros	6.152	3.917	57%
Licenciamento/Manutenção Software	408	391	4%
Utilidades e Despesas Gerais	1.533	2.318	-34%
Depreciação/Amortização	176	290	-39%
Total	40.783	34.351	19%

32. PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

Foi constituída a PECLD no montante referente ao Contas a Receber e Faturamento Pendente, conforme notas explicativas 05 e 13, afetando o resultado do exercício de 2022 em R\$1.923. Abaixo segue a movimentação:

	Contas a receber	Faturamento pendente	Total
Constituição	(985)	(10.748)	(11.733)
Reversão	3.524	8.205	11.729
Baixa por perda	1.127	800	1.927
Total	3.666	(1.743)	1.923

33. PERDAS SOBRE FATURAS

No exercício de 2022 ocorreram baixas de faturas emitidas e sobre serviços a faturar, ambos referentes ao exercício de 2012, no valor de R\$1.927, conforme determinado na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

34. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Abaixo detalhamento no grupo de receitas e despesas operacionais:

	2022	2021
Outras receitas/despesas		
Fundo sobra de resgate - Fundação Libertas	798	-
Dividendos e JCP	61	37
Recuperação de despesa - Convênio AGE	342	-
Prejuízo venda Ativo Imobilizado	(390)	-
Outras receitas	5	-
Venda folha pagamento	-	4.206
Total	816	4.243

Fundo de Sobra de Resgate refere-se a crédito da Prodemge, junto à Fundação Libertas, constituída pela soma das parcelas de cotas da Patrocinadora que não foram destinadas àqueles que fizeram a opção pelo resgate, por terem se desligado da empresa antes do prazo para obter tal direito. Este fundo foi utilizado na quitação da dívida com a Fundação Libertas (vide NE21).

Recuperação de despesa sobre o convênio AGE refere-se um Convênio (CV-138/00) firmado entre a Prodemge e a Advocacia Geral do Estado - AGE no exercício de 2019, onde se estabeleceu parceria para o desenvolvimento de um projeto com atividades relativas ao “Monitoramento e recuperação inteligente da dívida ativa” para a AGE. Este convênio findou no exercício de 2022 e na prestação de contas, foi apurado uma recuperação de despesa no montante de R\$342.

Com relação ao prejuízo na venda de ativo imobilizado, a Companhia descontinuou os serviços de infraestrutura de sinal digital que eram prestados ao cliente Fundação TV Minas. Com o encerramento, os equipamentos utilizados nessa prestação de serviço foram vendidos para o cliente.

Além disso, no exercício de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$61 a título de Dividendos e Juros sobre capital próprio, decorrente da participação acionária de 0,35% na empresa Minas Gerais Participações S.A (vide NE 15).

35. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Receitas aplicação financeira	12.131	3.262
Descontos obtidos/juros recebidos	9	11
Varição Monetária Ativa	866	244
	13.006	3.517
Despesas Financeiras		
Multas	(3)	(21)
Correção monetária	(1.252)	(1.977)
Juros	(983)	(1.262)
	(2.238)	(3.259)

36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício de 2022, a Companhia reconheceu, com base no lucro real, os montantes de R\$14.039, de provisão para o imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$5.213 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, totalizando R\$19.252.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		IMPOSTO DE RENDA	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes das adições/exclusões	52.825	57.501	47.612	50.854
Adições	23.681	34.220	28.894	40.867
Exclusões	(18.587)	(17.866)	(18.587)	(17.866)
Base de Cálculo	57.919	73.855	57.919	73.855
Incentivo PAT	-	-	(300)	(443)
Licença Maternidade/Paternidade	-	-	(117)	(158)
IRPJ/CSLL	5.213	6.647	14.039	17.839

37. PARTES RELACIONADAS

37.1) Ativo, Passivo e Resultado

Natureza das operações com partes relacionadas:

a) Estado de Minas Gerais

a.1) Prestação de serviço de tecnologia da informação (NE 05, 06 e 13).

a.2) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG - conforme Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c, 1), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

a.3) Contratação de serviço terceirizado com a Minas Gerais Participações SA - MGS

A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

a.4) Convênios de Cooperação Técnica relacionados à cessão de empregados firmados com os seguintes órgãos da administração direta do Estado de Minas Gerais: Advocacia Geral do Estado, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria Geral do Governo, Ouvidoria Geral do Estado e Controladoria Geral do Estado.

b) Fundação Libertas: Previdência complementar para os empregados e diretores da Companhia.

c) IEPHA: aluguel de imóvel, conforme NE 23.

d) DER: crédito referente a faturamento e recebimento, conforme NE 23.

Abaixo, segue posição em 31/12/2022 e 31/12/2021, nos grupos de Ativo, Passivo e Resultado:

	2022	2021		2022	2021		2022	2021
Ativo			Passivo			Resultado		
Contas a receber			SEPLAG	91	462	Receita Bruta		
Administração Direta	71.983	66.884	MGS	1.111	237	Admin. Direta e Indireta	317.389	297.928
(-)PECLD (Ad.Direta)	(45.290)	(48.938)	Fundação Libertas	-	18.032	Custos/Despesas		
Administração Indireta	1.071	1.513	Polícia Civil	837	-	Convênio func. cedidos	1.100	1.267
(-)PECLD (Ad.Indireta)	(185)	(22)	IEPHA	480	480	SEPLAG	(825)	(1.448)
Serviços a Faturar			DER	2.307	-	MGS	(5.167)	(3.933)
Administração Direta	45.178	50.861	Total do Passivo	4.826	19.211	Fundação Libertas	(1.600)	(3.092)
(-)PECLD (Ad.Direta)	(15.075)	(13.149)				IEPHA	-	(120)
Administração Indireta	3.620	4.497				Total do Resultado	310.897	290.602
(-)PECLD (Ad.Indireta)	(733)	(767)						
Total do Ativo	60.569	60.879						

37.2) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave é composto pelos membros com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Os benefícios compreendem encargos previdenciários e sociais, plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida, dentre outros. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Diretoria Executiva		
Remuneração	994	930
Benefícios	204	144
Conselho de Administração	460	384
Conselho Fiscal	226	225
Comitê de Auditoria Estatutário	154	144
Total Obrigações	2.038	1.827

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade ou uso exclusivo e de terceiros sob sua guarda por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

	Vr. Segurado
Edifícios	2.009
Equipamentos Processamento de Dados	17.880
Móveis, Utensílios e Ferramentas	513
Estoque	487
Bens de Terceiros	17.854
Certificação Digital	1.000
Veículo	Vr. de mercado

A Companhia contratou também serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, no limite máximo de garantia de R\$30.000, visando garantir indenização para as referidas pessoas, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por seus atos de gestão, no exercício de suas funções.

39. DIVULGAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que os dados operacionais e financeiros das atividades principais desempenhadas pela Companhia, em atendimento ao interesse coletivo, estão inseridos no Relatório da Administração, itens 05 e 06.

40. EFEITO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Desde março de 2020, a Prodemge implantou uma série de ações e medidas alinhadas às diretrizes do Governo de Minas Gerais e às recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde – OMS, com o objetivo de preservar a saúde de seus empregados e colaboradores, além de manter a qualidade dos serviços prestados, minimizando os impactos da pandemia.

Com a implantação do regime de teletrabalho, a Companhia se beneficiou com a redução de alguns custos, como por exemplo, custo com materiais, mão de obra de terceirizados e aluguel do espaço utilizado na Cidade Administrativa.

Cabe mencionar que a Companhia continua avaliando os impactos que a COVID-19 pode trazer aos seus negócios, podendo adotar medidas conforme haja necessidade.

41. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

	2022			2021		
	Contábil	Recorrente	Não Recorrente	Contábil	Recorrente	Não Recorrente
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	288.202	288.202	-	270.374	270.374	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(194.300)	(194.300)	-	(164.171)	(164.171)	-
LUCRO BRUTO	93.902	93.902	-	106.203	106.203	-
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS						
Despesas administrativas e gerais	(40.783)	(40.783)	-	(34.351)	(34.351)	-
Provisão para processos judiciais	(4.146)	(4.146)	-	(121)	(121)	-
Despesas tributárias	(773)	(773)	-	(646)	(646)	-
PECLD	1.923	1.923	-	(16.595)	(16.595)	-
Perdas s/ faturas	(1.927)	(1.927)	-	(1.151)	(1.151)	-
Outras receitas/despesas operacionais	816	-	816	4.243	-	4.243
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	49.012	48.196	816	57.582	53.339	4.243
Resultado financeiro	10.768	10.768	-	258	258	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	59.780	58.964	816	57.840	53.597	4.243
Tributos sobre o lucro	(18.829)	(18.829)	-	(24.825)	(24.825)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40.951	40.135	816	33.015	28.772	4.243

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto
 Ademilson Jorge de Barros Monteiro
 Alonso Fernandes Júnior
 Conrado Lopes Vilaça de Abreu
 Diogo Soares Leite
 Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz
 Roberto Tostes Reis
 Tadeu Barreto Guimarães
 Cristiano de Magalhães Barros

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Tostes Reis – Diretor Presidente
 Ladimir Lourenço dos Santos Freitas – Diretor

CONSELHO FISCAL

Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
 Fábio Rodrigo Amaral de Assunção
 Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes
 Reges Moisés dos Santos

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Cleber Santiago - Presidente
 Luis Carlos Jardim
 Sandro Cesar Borges

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9